

Programa de Concurso

“Serviços financeiros para celebração de contratos de locação financeira para financiamento da operação de aquisição de quatro viaturas elétricas, processo dividido em lotes”

Concurso Público, sem publicidade internacional

(alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP)

junho de 2022

1. Dados Gerais do Procedimento

1.1. O presente Programa do Concurso tem a designação de **“Escolha da sociedade de locação financeira para financiamento da operação de aquisição de quatro viaturas elétricas, processo dividido em lotes”**, e tem por objeto, de acordo com as cláusulas técnicas descritas na cláusula 20ª da PARTE II do Caderno de Encargos, a celebração dos contratos de locação financeira, para aquisição de 4 (quatro) viaturas elétricas, cujo valor contratual de aquisição foi de 103.065,80€ (cento e três mil e sessenta e cinco euros e oitenta cêntimos), acrescido de IVA conforme legislação em vigor.

1.2. O presente procedimento para a escolha da instituição bancária ou outra legalmente habilitada para contrato de locação financeira foi precedida por procedimento adequado para a escolha das viaturas elétricas.

1.3. A escolha das 4 viaturas mencionadas no número anterior resultou de procedimento pré-contratual de Concurso Público, sem publicidade internacional, por lotes, do qual resultou a adjudicação à entidade **FERREIRA MORAIS & MORAIS, LDA.**, pessoa coletiva com o número 500 048 029, com sede na Rua Adriano Lucas 3020-430 Coimbra, de:

- ✓ Lote 1: viatura LEAF 5 portas 40 kWh N-Connecta no valor de 23.890,62€, ao qual acresce o valor de IVA;
- ✓ Lote 2: viatura LEAF 5 portas 40 kWh N-Connecta no valor de 23.890,62€, ao qual acresce o valor de IVA;
- ✓ Lote 3: viatura marca DFSK eC35 no valor de 27.642,28€, ao qual acresce o valor de IVA;
- ✓ Lote 4: viatura marca DFSK eC35 no valor de 27.642,28€, ao qual acresce o valor de IVA;

1.4. Do presente concurso público irá resultar a celebração de quatro contratos de locação financeira, para aquisição das quatro viaturas.

1.5. Os concorrentes poderão apresentar propostas para todos os LOTES, ou apenas para um LOTE, que integram o presente procedimento.

1.6. As propostas devem ser apresentadas individualmente, por cada um dos Lotes, devendo os concorrentes fazer referência na proposta, qual o Lote a que diz respeito cada proposta.

1.7. As candidaturas aprovadas pelo Fundo Ambiental inserem-se na 3.ª Fase do Programa de Apoio à Mobilidade Elétrica na Administração Pública – Financiamento da aquisição de 600 veículos elétricos no âmbito do Aviso n.º 12381/2019 e 3.ª Fase do Programa de Apoio à Mobilidade Elétrica na Administração Pública – Financiamento da aquisição de 600 veículos elétricos – Parte 2, no âmbito do Aviso n.º 20226/2019.

1.8. A locação financeira ao assumir a natureza creditícia, exigiu a autorização pela Assembleia Municipal para a celebração de contrato, situação que se reconduz ao disposto na al. f) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I Do RJALEI. A Assembleia Municipal decidiu por unanimidade, sob proposta do Executivo, autorizar o início de procedimento para aquisição em regime de locação financeira de 4 (quatro) viaturas elétricas, em Lotes, ao abrigo das candidaturas aprovadas pelo Fundo Ambiental

1.9. O pagamento dos bens a fornecer à entidade adjudicante identificados em 1.3 será efetuado pela entidade locadora adjudicatária à entidade **FERREIRA MORAIS & MORAIS, LDA.** em razão dos contratos de locação financeira mobiliária que a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho irá celebrar no seguimento do presente procedimento de concurso público.

1.10. O Contrato de locação financeira carece de Visto Prévio do Tribunal de Contas, nos termos dos artigos 46º nº1 al. a), artigo 2º nº1 al. c), artigo 5º nº1 1 al. c) primeira parte, da LOPTC, não podendo ser efetuado qualquer pagamento sem que o Contrato tenha sido visado, nos termos do artigo 45º, nº1 da LOPTC.

1.11. A entrega das viaturas só será autorizada após o Visto do Tribunal de Contas.

1.12. O pagamento das viaturas, será após a entrega das viaturas e pelo período de 48 meses após a entrega.

2. Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, sita na Praça da República, 3140-258 Montemor-o-Velho, Telefone 239687300, Fax 239687318, e-mail: geral@cm-montemorvelho.pt.

3. Órgão que tomou a decisão de contratar

3.1. A matéria em causa, nomeadamente a aquisição e locação de bens, tem enquadramento na alínea *dd)* do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual e foi delegada pela Câmara Municipal no Presidente da Câmara, em reunião extraordinária de 20 de outubro de 2021.

3.2. Nos termos do referido no número anterior, do n.º 1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos, conjugado com alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do DL n.º 197/99, de 8 de junho, e com a alínea f) do n.º 1 do artigo 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a decisão de contratar relativa ao presente procedimento é da competência do Exmo. Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho.

3.3. A autorização para a decisão de contratar foi proferida pelo **Despacho de 02/06/2022.**

4. Tipo de Procedimento

Concurso Público, sem publicidade internacional, ao abrigo do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 20.º, conjugado com o disposto no artigo 130.º, ambos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

5. Preço base

5.1. Em conformidade com o disposto no Caderno de Encargos o preço base estimado do presente procedimento é de €110.200,00 (cento e dez mil e duzentos euros), não incluindo o Imposto sobre o Valor Acrescentado, sendo o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto, incluindo o preço do bem, montante de juros devidos pela locação financeira, os encargos a suportar relativamente à contratação e gestão do contrato e o valor residual, conforme disposto no n.º 1 do artigo 47.º do CCP, distribuído pelos seguintes Lotes:

LOTE 1 - € 25.600,00 ao qual acresce o valor de IVA;

LOTE 2 - € 25.600,00 ao qual acresce o valor de IVA;

LOTE 3 - € 29.500,00 ao qual acresce o valor de IVA;

LOTE 4 - € 29.500,00 ao qual acresce o valor de IVA;

5.2. Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 47.º do CCP, o preço base estipulado para o presente procedimento resulta de consultas efetuadas ao mercado financeiro e dos valores resultantes da adjudicação à **FERREIRA MORAIS & MORAIS, LDA.** no âmbito do procedimento referente à escolha das quatro viaturas elétricas.

6. Adjudicações por lotes

O Concurso Público prevê a adjudicação de 4 lotes.

7. Consulta e fornecimento das peças do procedimento

7.1. As peças do procedimento são integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública ACINGOV, acessível através do endereço <https://www.acingov.pt> desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 133.º do CCP.

7.2. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e download das peças do procedimento.

7.3. As peças do procedimento estão, ainda, disponíveis para consulta na Unidade de Ambiente, Limpeza Urbana e Saúde Animal do Município de Montemor-o-Velho, sita na Praça da República, 3140-258 Montemor-o-Velho, onde podem ser consultadas nos dias úteis e no seguinte horário: 9h00 às

12h30 e das 14h00 às 17h00.

7.4. Nos termos da al. c) do n.º 1 do artigo 40.º do CCP, o processo é constituído pelas seguintes peças do procedimento:

- a) Programa do Concurso;
- b) Caderno de Encargos

8. Órgão competente para prestar esclarecimentos

8.1. O órgão competente para prestar esclarecimentos nos termos do artigo 50.º do CCP, é o júri do procedimento.

8.2. O júri é composto por três elementos efetivos, um dos quais é Presidente e dois suplentes.

9. Esclarecimentos, retificação e alteração das peças do procedimento

9.1. Dentro do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados, podem solicitar os esclarecimentos de quaisquer dúvidas surgidas na compreensão e interpretação das peças do procedimento, e no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões do caderno de encargos, por si detetados.

9.2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão analisados pelo júri do concurso para o efeito indicado no programa do procedimento, por escrito, até ao termo do segundo terço, do prazo fixado para a apresentação das propostas prestados.

9.3. O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões das peças do procedimento, por escrito, até ao termo do segundo terço, do prazo fixado para a apresentação das propostas prestados.

9.4. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 5 do artigo 50.º do CCP (pontos 9.2 e 9.3), ou até ao final do prazo de entrega das propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP.

9.5. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores são disponibilizados pela entidade adjudicante e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, sendo todos os interessados que as tenham adquirido imediatamente notificados deste facto.

9.6. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

10. Modo de apresentação das propostas

10.1. **Todos os documentos** exigidos no presente programa de concurso, devem ser submetidos na plataforma com assinatura eletrónica qualificada, de acordo com o n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, não sendo aceite assinatura eletrónica apenas do ficheiro contendo a totalidade dos documentos.

10.2. Se o certificado digital não permitir relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deverá submeter-se um documento eletrónico oficial e com indicação do poder de assinatura e a assinatura do utilizador, nos termos do n.º 7, do artigo 54.º do referido diploma legal.

10.3. Em complemento ao disposto no 10.1, todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica pelos concorrentes deverão ser assinados, individualmente, com recurso a assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54.º da Lei nº 96/2015, de 17 de agosto. De acordo com o artigo 68.º da mesma Lei, os mesmos devem ser assinados antes do respetivo carregamento na plataforma eletrónica Acingov.

11. Local e prazo para apresentação da proposta

11.1. Nos termos do artigo 135.º do CCP, as propostas serão apresentadas na plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt>, até às **23H59 do 6.º dia** a contar da data do envio, para publicação, do anúncio conforme prevê o n.º 1 do artigo 130.º do CCP.

11.2. A data limite fixada no número anterior pode ser prorrogada por prazo adequado, nos termos do artigo 64.º do CCP.

12. Documentos que constituem a proposta

12.1. A proposta deve ser constituída, sob pena de exclusão, pelos seguintes elementos:

- a) **Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos**, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao presente programa e assinada pelo concorrente ou representante que tenha poderes para o obrigar.

Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes;

- b) **Documentos que contenham os atributos da proposta, para cada Lote - (al. b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP)**, bem como os **termos e condições, para cada Lote - (al. c) do n.º 1 do artigo 57.º**

do CCP), designadamente, com os seguintes elementos, sob pena de exclusão:

- ✓ Valor total da operação e o valor unitário para cada lote, incluindo o somatório das rendas, o valor residual, despesas administrativas e outras, expresso em algarismos e por extenso, sem IVA e com IVA, o qual não pode exceder o preço base fixado no ponto 5 do presente programa de concurso e na cláusula 3ª **da PARTE I do Caderno de Encargos;**
 - ✓ Valor de cada renda mensal, expresso em algarismos e por extenso, sem IVA e com IVA;
 - ✓ As despesas administrativas ou outras e respetivos montantes;
 - ✓ Taxa de juro contratual correspondente à taxa EURIBOR até 12 meses;
 - ✓ Valor do “*Spread*” aplicado sobre o indexante (EURIBOR até 12 meses);
 - ✓ Valor residual, considerando que será no máximo 2% sobre o valor contratual de aquisição de cada viatura;
 - ✓ A exigência de outros ónus ou encargos que possam existir para a entidade adjudicante;
 - ✓ Minuta de contrato de locação financeira (condições gerais e condições particulares);
 - ✓ Eventuais condições do seguro obrigatório a subscrever pela entidade adjudicante
 - ✓ Plano de amortizações para o período global do contrato.
- c) Integram, também, a proposta quaisquer outros documentos que os concorrentes apresentem por os considerarem indispensáveis, **nos termos do n.º 3 do Artigo 57.º do CCP** e do n.º 1 do artigo 2.º, e do n.º 5 do artigo 3.º, ambos da Portaria 372/2017, de 14 de dezembro.
- d) Autorização do Banco de Portugal a autorizar a instituição de crédito ou sociedade financeira a celebrar contratos referentes ao objeto do procedimento.

12.2. Indicação do código de acesso para consulta eletrónica da **Certidão da Conservatória do Registo Comercial (Certidão Permanente)** ou apresentação da mesma, atualizada e em vigor, nos termos do n.º 1 do artigo 2.º, e do n.º 5 do artigo 3.º, ambos da Portaria 372/2017, de 14 de dezembro.

12.3. Os documentos que constituem as propostas deverão estar em formato PDF ou compatíveis.

12.4. Na proposta, os concorrentes podem especificar aspetos que considerem relevantes para a apreciação da mesma.

12.5. Serão excluídas as propostas que não apresentem todas as características técnicas exigidas no Cap. I da PARTE II do Caderno de Encargos.

13. Idioma

Os documentos que constituem a proposta têm de ser redigidos em língua portuguesa.

14. Propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes, para os efeitos do disposto no artigo 59.º e al. j) do n.º1 do artigo 132.º, ambos do CCP.

15. Concorrentes

15.1. É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participa no concurso de formação de um contrato mediante a apresentação de uma proposta.

15.2. Os membros de um agrupamento candidato ou de um agrupamento concorrente não podem ser candidatos ou concorrentes no mesmo procedimento, nos termos dos artigos 52.º e 53.º do CCP, nem integrar outro agrupamento candidato ou agrupamento concorrente.

15.3. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.

15.4. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, em consórcio externo em regime de responsabilidade solidária.

16. Impedimentos

16.1. Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades (singulares ou coletivas) que se encontrem impedidas pelas situações previstas no artigo 55.º do CCP, sem prejuízo do disposto no artigo 55.º-A, do mesmo diploma legal.

16.2. O adjudicatário obriga-se a não praticar qualquer ato ou omissão do qual possa resultar quaisquer ónus ou responsabilidades para a entidade adjudicante ou para os seus direitos e interesses.

16.3. O adjudicatário obriga-se ainda a suportar quaisquer encargos resultantes, designadamente, de reclamações, custos, despesas, multas, coimas ou sanções, necessários para a libertação de quaisquer ónus ou responsabilidades que recaiam sobre a propriedade da entidade adjudicante, quando tenham sido criados ou causados pelo adjudicatário ou por qualquer dos seus subcontratados.

17. Prazo da obrigação de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 dias, contados do termo do prazo fixado para apresentação das mesmas ao abrigo do artigo 65.º do CCP.

18. Critério de adjudicação

18.1. O critério de apreciação das propostas será o da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da modalidade “Monofator”, no estrito respeito pelo estabelecido na alínea b) do n.º1 do artigo 74.º do CCP na sua redação atual.

18.2. As propostas dos concorrentes serão apreciadas, analisadas e avaliadas e subsequentemente, hierarquizadas por ordem decrescente de classificação obtida.

18.3. Em caso de existência de dois ou mais concorrentes que apresentem propostas de igual preço, serão utilizados, por ordem decrescente de ponderação relativa, os seguintes critérios de desempate:

1.º - Valor de “*Spread*” mais baixo;

2.º - Propostas que não contenham a exigência de ónus ou encargos para a entidade adjudicante nomeadamente livranças ou outros;

3.º - Valor residual mais baixo.

19. Esclarecimentos e suprimientos das propostas

19.1. O júri pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeitos de análise e avaliação das mesmas, nos termos constantes dos n.ºs 1 e 2 do artigo 72.º do Código dos Contratos Públicos.

19.2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou complementem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.

19.3. Os esclarecimentos referidos no número anterior devem ser disponibilizados pela entidade adjudicante, devendo todos os concorrentes serem imediatamente notificados desse facto.

19.4. O júri deve solicitar aos concorrentes, que no prazo máximo de 2 dias, procedam ao suprimento das irregularidades das suas propostas que careçam de suprimento, incluindo a apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta, e desde que tal suprimento não afete a concorrência e a igualdade de tratamento.

19.5. Os termos do suprimento das irregularidades das propostas são disponibilizados pela entidade

adjudicante na plataforma eletrónica, devendo todos os concorrentes serem imediatamente notificados desse facto.

20. Relatório Preliminar

20.1. Após análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação constante do ponto 18 deste Programa, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual propõe a ordenação das propostas, bem como a exclusão das propostas cuja análise revele alguma, ou algumas, das situações previstas no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

21. Audiência prévia

21.1. Elaborado o relatório preliminar referido no artigo 146.º do CCP, o júri envia-o a todos os concorrentes, fixando-lhes o prazo de cinco dias, para se pronunciarem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

21.2. Durante a fase de audiência prévia, os concorrentes têm acesso às informações e comunicações escritas de qualquer natureza que estes tenham prestado, bem como as propostas apresentadas.

21.3. Exercido o direito de audiência prévia referido no número anterior, ou decorrido o respetivo prazo, o júri pondera as observações formuladas e elabora o relatório final, que submete à apreciação e decisão da entidade adjudicante.

22. Relatório Final

22.1. Cumprido o disposto no ponto anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

22.2. No caso previsto na parte final do ponto anterior, 22.1, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, sendo subsequentemente aplicável o disposto no ponto anterior.

22.3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.

22.4. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

23. Notificação da decisão de adjudicação, documentos de habilitação

23.1. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes, juntamente com o relatório final e minuta do contrato.

23.2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário deve, no prazo de 8 (dez) dias a contar da referida notificação, confirmar, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada tal como previsto na al. c) do n.º 2 do artigo 77.º do CCP, e pronunciar-se sobre a minuta do contrato no prazo de 5 (cinco) úteis dias a contar da data da notificação, ao abrigo da al. d) do mesmo artigo.

23.3. Ao abrigo dos artigos 77.º e 81.º do CCP, juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notificará o adjudicatário para apresentar os **documentos de habilitação**.

23.4. O adjudicatário deve entregar, no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação os seguintes documentos de habilitação:

- i. Declaração do Anexo II ao CCP, do qual faz parte;
- ii. Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;
- iii. Documento comprovativo de registo no RCBE – Registo Central do Beneficiário Ativo.

23.5. Os documentos são redigidos em língua portuguesa, salvo quando, pela sua natureza ou origem, estiverem redigidos em língua estrangeira, caso em que são acompanhados de tradução devidamente legalizada que prevalece sobre os originais, e apresentados no endereço, salvo se disponíveis na Internet, caso em que pode, em substituição, indicar-se o endereço do sítio onde podem ser consultados e a informação necessária à consulta, desde que o sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

23.6. Os documentos de habilitação serão apresentados pelo adjudicatário diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública no endereço eletrónico <https://www.acingov.pt>.

23.7. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período de 2 dias úteis.

24. Falsidade de documentos e declarações

Sem prejuízo da participação à Entidade Competente para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações

determina a caducidade da adjudicação nos termos do artigo 87.º do CCP.

25. Caução

25.1. Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, não é exigível a prestação de caução.

26. Minuta do contrato

O adjudicatário fica obrigado a pronunciar-se sobre as minutas dos contratos referentes a cada lote no prazo de 5 (cinco) úteis dias a contar da data da notificação, findo a qual, se não o fizer se considerarão aceites nos termos do disposto no art. 101.º do CCP.

27. Celebração do contrato

É obrigatória a redução dos contratos a escrito nos termos do n.º 1 do artigo 94.º do CCP, individualmente para cada lote.

28. Outorga do contrato

28.1. A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:

- a) Decorridos 10 dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes;
- b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos nos termos do CCP;
- c) Confirmados os compromissos referidos na al. c) do n.º 2 do artigo 77.º do CCP.

28.2. Nos termos do artigo 287.º do CCP, a eficácia dos contratos dependerá da confirmação do visto prévio do Tribunal de Contas.

29. Gestor do contrato

Sem prejuízo da sua obrigatória previsão no contrato e também no Caderno de Encargos, para efeitos do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 96.º artigos e art. 290º-A do CCP aprovado pelo Decreto-Lei nº. 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, a fase de execução do contrato será acompanhada por um ou mais **gestores do contrato**.

30. Disposições finais e legislação aplicável

30.1. O contrato tem natureza administrativa e é regulado pela lei portuguesa, sendo que ao procedimento e em tudo o omissso, e/ou que não esteja especialmente previsto neste programa de procedimento, aplicar-se-á o disposto no CCP, na sua atual redação, e demais legislação e regulamentação aplicáveis, e, se for o caso, o estatuído no Caderno de Encargos deste procedimento.

30.2. São da responsabilidade da sociedade locadora quaisquer encargos decorrentes da utilização, no âmbito do contrato, de direitos de propriedade intelectual ou industrial.

30.3. Fazem sempre parte integrante do contrato, o caderno de encargos e seus anexos e demais documentos contratuais, os esclarecimentos, a proposta adjudicada, bem como a correspondência trocada entre as partes.

30.4. A entidade locadora, por si e através dos seus agentes, obriga-se a garantir o rigoroso sigilo quanto a informações e documentação que os seus profissionais venham a ter acesso, por força da celebração de contratos de locação, relacionadas com a atividade do Município de Montemor-o-Velho, inclusive após a execução dos mesmos.

30.5. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

30.6. As despesas e encargos inerentes à celebração do contrato e, bem assim, os encargos de natureza fiscal, serão da conta do concorrente, designadamente, as despesas derivadas do visto do Tribunal de Contas.

Montemor-o-Velho, maio de 2022

Presidente da Câmara Municipal,

Emílio Augusto Ferreira Torrão

ANEXO I

Anexo I do CCP

Modelo de Declaração - a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º)

- 1- ...(nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do Caderno de Encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento ...(designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
- 2- Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):
 - a) ...
 - b) ...
- 3- Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
- 4- Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no nº 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
- 5- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
- 6- Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do nº 1 do artigo 55.º do referido Código.
- 7- O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação

muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

...(local), ... (data), ... [assinatura (4)]

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “a sua representada”.
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b),
c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º .
- (4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º.

ANEXO II

Anexo II do CCP

Modelo de Declaração –a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º

- 1 - (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do Caderno de Encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento ...(designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
- 2 – O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sitio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do nº 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
- 3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

...(local), ... (data), ... [assinatura (5)]

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas.

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “a sua representada”.

⁽³⁾ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁽⁴⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “a sua representada”.

⁽⁵⁾ Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º.